

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009474-70.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Exequente: **Opto Eletrônica Sa**
 Executado: **Telefônica Brasil S/A**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

Trata-se de pedido de “liquidação de sentença proferida em Ação Civil Pública ajuizada por **OPTO ELETRÔNICA S/A** em face da **TELEFÔNICA BRASIL S/A**.

Segundo a petição inicial:

- a) O(a)(s) autor(a)(s) adquiriu(ram) linha(s) telefônica(s) da TELESP S/A, sucedida pela TELEFÔNICA BRASIL /A;
- b) A requerida, visando a expansão de seu sistema de telefonia, passou a comercializar terminais telefônicos por meio do sistema “participação acionária”, onde o adquirente era obrigado a integralizar determinado valor junto à empresa;
- c) Devido à inflação da época, a requerida embutiu no contrato de adesão cláusula que permitia subscrever as ações em momento posterior à integralização e com base no “valor médio especulativo de capitais”;
- d) Com isso O(a)(S) autor(a)(s) foi/foram financeiramente prejudicado(a)(s);
- e) A ação civil pública 0632533-62.1997.8.26.0100, que tramitou pela Eg. 15ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo (SP) foi julgada procedente para declarar nula a cláusula que permitia tal prática, condenando a ré a emitir novas ações;
- f) Pediu a condenação da requerida à pagar as diferenças e honorários.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECIDO.

Devidamente citada, a requerida ofertou sua defesa a fls. 62 e ss. Em sede de preliminar alegou a inadequação da via eleita, ponderando que a decisão proferida na ação civil pública é genérica e necessita de prévia liquidação, a ser feita mediante a habilitação do interessado (textual de fls. 63, item 2). Argumentou que a autora não comprovou documentalmente seu direito. No mérito, discorreu sobre os limites da sentença coletiva. No mais, rebateu a inicial e culminou por pedir a total improcedência do pleito contido na portal. Juntou os documentos de fls. 86/128.

Sobreveio réplica as fls. 149/164.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

Na sentença proferida na Ação Civil Pública foi declarada a nulidade de cláusula contratual presente nos contratos de participação acionária firmados a partir de 25/05/1996 na vigência da Portaria n. 1028/96. Não se discute os efeitos erga omnes da sentença em ação coletiva nos termos do art. 16 da Lei n. 7.347/85, mas sim se a exequente estaria ou não na "coletividade de consumidores" com contrato regido pela Portaria n. 1.028/96 a partir de 25/08/1996.

Pelos documentos exibidos a fls. 109/113 me parece evidenciado que **a avença firmada entre as partes está abrangido pela coisa julgada da ação civil pública que dá lastro a presente liquidação**, e, portanto, a exequente faz jus à complementação determinada pela sentença coletiva.

É de rigor que a requerida efetue o pagamento do preço das ações não entregues à época, em virtude da utilização do VMM (valor médio de mercado) em detrimento do VPA (Valor Patrimonial da Ação). Esse pagamento, segundo penso é a forma mais favorável ao consumidor cabendo ressaltar que a ação coletiva impôs a condenação alternativa, consistente na emissão das ações ou seu pagamento (vide dispositivo da sentença – fls. 38).

A radiografia de contrato confirma a titularidade (fls. 109/113) e revela que a exequente possuía 4.426 ações preferenciais em cinco (05) contratos distintos, perfazendo o total de 22.130 ações emitidas pela empresa TELESP em razão da integralização de R\$ 5.588,15. Todavia, na data da contratação 17/03/1997, deveria ter recebido 7.960 Ações preferenciais,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

conforme informação retirada do quadro resumo apresentado pela executada no processo n. 1008772-19.2016.8.26.0019 da 2ª Vara Cível de Americana, que acessamos pelo Site do TJSP (esse quadro foi também citado a fls. 205 do Processo 1008881-33.2016 da 2ª Vara Cível de Americana).

Mês Inte- gra- liza- ção	Valor Integra- lização (R\$)	Valor corrigido até data balanço seguinte (R\$) (cf. Cláusula 21)	Valor patrimonial ação balanço seguinte (R\$)	Ações que deveria m ter sido entregu- es	Ações recebid- as à época	Diferen- ça ações a receber da Telesp	Diferença ações após incorp. Telespar	Diferença ações após grupto 1000:1	Diferen- ça ações atual Telefôn- ica
		1º PASSO		2º PASSO	3º PASSO	4º PASSO		5º PASSO	
08/ 1996	1.117, 63	1.134,22 (até 12/1996)	0,173641 (em 12/1996)	6.532 ações Telesp	3.464 ações Telesp	3.068 ações Telesp	16.620,27 ações Telesp	16,62 ações Telesp	17 ações Telefôn- ica
09/ 1996	1.117, 63	1.131,05 (até 12/1996)	0,173641 (em 12/1996)	6.514 ações Telesp	3.464 ações Telesp	3.050 ações Telesp	16.522,76 ações Telesp	16,52 ações Telesp	17 ações Telefôn- ica
10/ 1996	1.117, 63	1.129,92 (até 12/1996)	0,173641 (em 12/1996)	6.508 ações Telesp	3.464 ações Telesp	3.044 ações Telesp	16.490,26 ações Telesp	16,49 ações Telesp	17 ações Telefôn- ica
11/ 1996	1.117, 63	1.127,78 (até 12/1996)	0,173641 (em 12/1996)	6.495 ações Telesp	3.464 ações Telesp	3.031 ações Telesp	16.419,83 ações Telesp	16,41 ações Telesp	17 ações Telefôn- ica
12/ 1996	1.117, 63	1.125,53 (até 12/1996)	0,173641 (em 12/1996)	6.482 ações Telesp	3.464 ações Telesp	3.018 ações Telesp	16.349,41 ações Telesp	16,34 ações Telesp	17 ações Telefôn- ica
01/ 1997	1.117, 63	1.203,80 (até 12/1997)	0,195728 (em 12/1997)	6.151 ações Telesp	4.426 ações Telesp	1.725 ações Telesp	9.344,84 ações Telesp	9,34 ações Telesp	10 ações Telefôn- ica
02/ 1997	1.117, 63	1.182,87 (até 12/1997)	0,195728 (em 12/1997)	6.044 ações Telesp	4.426 ações Telesp	1.618 ações Telesp	8.765,19 ações Telesp	8,76 ações Telesp	9 ações Telefôn- ica
03/ 1997	1.117, 63	1.177,80 (até 12/1997)	0,195728 (em 12/1997)	6.018 ações Telesp	4.426 ações Telesp	1.592 ações Telesp	8.624,34 ações Telesp	8,62 ações Telesp	9 ações Telefôn- ica
04/ 1997	1.117, 63	1.164,41 (até 12/1997)	0,195728 (em 12/1997)	5.950 ações Telesp	4.426 ações Telesp	1.524 ações Telesp	8.255,96 ações Telesp	8,25 ações Telesp	9 ações Telefôn- ica
05/ 1997	1.117, 63	1.156,55 (até 12/1997)	0,195728 (em 12/1997)	5.909 ações Telesp	4.426 ações Telesp	1.483 ações Telesp	8.033,85 ações Telesp	8,03 ações Telesp	9 ações Telefôn- ica
06/ 1997	1.117, 63	1.154,43 (até 12/1997)	0,195728 (em 12/1997)	5.898 ações Telesp	4.426 ações Telesp	1.472 ações Telesp	7.974,26 ações Telesp	7,9742 ações Telesp	8 ações Telefôn- ica

Nesse linha de pensamento a exequente faz jus ao valor correspondente a 7.960 ações. Não pode ainda ser observado o Valor Médio de Mercado (VMM) da época e sim o valor da contação na Bolsa de Valores no dia do trânsito em julgado da ação civil pública (15/08/2011 – fls. 51), como orienta a jurisprudência (vg. STJ EDCL no AREsp 266175/RS, julgado em

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

01/07/13).

Incidirá ainda correção monetária pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça, tendo como "dies a quo" o pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado da Ação Civil Pública, ou seja, 15/08/2011, parâmetro fixado para o valor de cada ação a ser devolvida.

Já os juros moratórios deverão ser contados a partir da citação na fase de conhecimento da ação civil pública (REsp n. 1.370.899/SP E REsp 1.361.800/SP), à razão de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do novo Código Civil (12/01/2003), quando a percentual de 1% passa a ser devido.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Posto isto, julgo parcialmente procedente o pedido de liquidação de sentença para declarar como devido à liquidante o valor equivalente a 7.960 ações, apurado pela cotação das ações na Bolsa de Valores na data do trânsito em julgado da ação coletiva (15/08/2011 – R\$ 43,72), acrescendo-se correção monetária pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça, a partir de tal data, e juros de mora de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do novo Código Civil (12/01/2003), quando incidirá na base de 1% ao mês, a partir da ação na fase de conhecimento da Ação Civil Pública (01/11/1997).

Transitada em julgado, tratando-se de confecção de meros cálculos aritméticos, remetam-se os autos ao contador judicial, que deverá apresentá-los observando os critérios acima, abrindo-se, então, vista às partes, prosseguindo-se os autos em fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 523 do CPC.

Tendo em vista a sucumbência recíproca e a impossibilidade de compensação dos honorários advocatícios (art. 85, parágrafo 14 do CPC), fixo as verbas sucumbenciais da seguinte forma: a) arcará a exequente com o pagamento de 50% das custas processuais e verba honorária, arbitrada esta, por equidade, em R\$ 1.000,00; b) condeno a executada ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pagamento de 50% das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor em execução (obtido nesta liquidação).

PUBLIQUE-SE E INTIMEM-SE.

São Carlos, 14 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**